



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL: algumas aproximações

COSTA, Fernanda dos Santos da¹

PORTES, Melissa Ferreira²

RESUMO: O presente artigo é fruto das reflexões tecidas na disciplina Serviço Social: movimento histórico e tendências teórico-metodológicas de um programa de pós-graduação, strictu sensu, na área de Serviço Social e Política Social de uma Universidade Pública Estadual do Estado do Paraná. Na trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social no Brasil é nítida a identificação da presença do pensamento conservador, cristão e positivista, na sua gênese à contemporaneidade. As tendências conservadoras no exercício profissional do assistente social também vão se fortalecendo à medida em que, tendo a política social como mediação do seu trabalho, as alterações nas configurações dos programas e serviços sociais alteram substancialmente as condições de trabalho e as respostas profissionais. As requisições profissionais estão prenhes de um lastro conservador exigindo do profissional o desenvolvimento de funções burocratas, meramente tecnicistas, operativas, expropriadas de uma análise crítica das demandas sociais que se apresentam no cotidiano profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Conservadorismo; Serviço Social; Assistente Social.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Atua como Assistente Social na Secretaria da Cidadania na Prefeitura Municipal de Sorocaba-SP. E-mail: fernanda.santos58@yahoo.com.br

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-UEL-PR. Docente do departamento do curso de Serviço Social. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação Profissional em Serviço Social no Brasil – GEPFOR. E-mail: melissaportes2010@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das reflexões tecidas na disciplina Serviço Social: movimento histórico e tendências teórico-metodológicas de um programa de pós-graduação, strictu sensu, na área de Serviço Social e Política Social de uma Universidade Pública Estadual do Estado do Paraná.

A partir dos debates e discussões sobre o conservadorismo, tomando como referência o referencial teórico indicado no programa da disciplina, esse artigo tem como objetivo apresentar como vem se construindo a reatualização do pensamento conservador no exercício profissional do assistente social.

Este texto está organizado em dois momentos. Inicialmente discutiremos a origem do pensamento conservador, seus alicerces, sua estrutura e os principais autores que discorrem sobre a temática, dentre eles Edmund Burke e Robert Nisbet. No segundo momento discorreremos sobre como o pensamento conservador se reedita na atual conjuntura e os rebatimentos que traz ao exercício profissional do assistente social.

2. O PENSAMENTO CONSERVADOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nunca carecemos tanto de uma análise sobre o pensamento conservador como nos dias atuais. Vivenciamos um contexto temeroso tangenciado pelas novas manifestações e expressões da questão social, agudizando a desigualdade social, o desemprego estrutural, a precarização das relações do trabalho, o fascismo, o neonazismo, a xenofobia, o racismo, o patriarcado, decorrentes das transformações do capitalismo contemporâneo e da ascensão dos governos de ultradireita no panorama internacional, em particular, pós anos 2010.

No Brasil, é possível identificar profundas marcas do pensamento conservador no contexto político com o governo Bolsonaro que legitima e reforça o discurso e a prática antirrevolucionária, questionando os direitos humanos e sociais, negando a ciência e investindo no desfinanciamento das políticas públicas e privatização dos serviços sociais.

A matriz ideológica do conservadorismo se ancora no pensamento de Edmund Burke e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes. Se estrutura numa reação ao Iluminismo e às transformações promovidas pela Revolução Francesa.

Reconhecido como fundador do pensamento conservador clássico no século XVIII, Burke apresenta um conjunto de elementos/características que têm sido reeditadas no contexto atual, atendendo às conjunturas históricas. A obra do referido autor publicada em 1790, Reflexões sobre a Revolução da França, se estabelece como marco da tradição conservadora.

Para Burke (1982), é preciso combater as práticas antirrevolucionárias e contrarrevolucionárias porque as mesmas ameaçam a ordem vigente e a coesão social. Os indivíduos ou grupos/movimentos sociais que coadunam com esses valores são identificados

como “inimigos da sociedade”, porque colocam em questão a normalidade e a naturalização da ordem.

Para os conservadores, as mudanças se constituem um perigo, uma ameaça e só devem ocorrer desde que não afetem a estrutura da sociedade e das instituições, a tradição e o passado. A desigualdade social é naturalizada e a pobreza é aceita como necessária. O preconceito, a autoridade e o poder são tidos como necessários, como afirmou Nisbet, um dos sucessores de Burke.

Nisbet, menciona que os conservadores veneram o “ antigo e tradicional: a crença de que, por muito obsoleta que uma dada estrutura ou modus vivendi possa ser, pode existir nela uma função progressiva e ainda vital, de que o homem tira proveito psicológica ou sociologicamente” (NISBET, 1987, p.54).

O pensamento conservador também dissemina a importância da religião e da moral e a intervenção destas no Estado. Para Burke o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente, renunciando os ideais de democracia e justiça social. Não se deve, para o pensamento conservador, valorizar de forma extrema o conhecimento lógico e científico, pois há um poder sobrenatural que precisa ser reconhecido e respeitado.

O conservadorismo clássico (1789-1914) sofre algumas alterações ao longo do decurso histórico, inovando, mas preservando algumas de suas características iniciais. Mudanças essas próprias da dinâmica contraditória da sociedade capitalista e da fase monopólica do capital.

Nesta toada, o pensamento conservador vai se metamorfoseando, se reeditando conforme o movimento histórico e as particularidades de cada país. No início do sec. XX emergiram novos conservadores. Para Souza (2015), na tentativa de fazer uma síntese, é possível afirmar que o conservadorismo moderno, em linhas gerais:

[...] opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo "presentista"; há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; o conservadorismo moderno também hiperdimensiona e hipostasia o saber prático; faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; valoriza a função das tradições no processo de individuação; engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as "mudanças necessárias", sem recair nas variadas formas de "totalitarismo" (SOUZA, 2015, p 19).

As características acima podem ser localizadas na conjuntura brasileira em seus diferentes aspectos: social, econômico, político, cultural.

Faz-se importante ressaltar que a refuncionalização das políticas sociais tem sido um elemento de permanência quando se analisa a reedição e o recrudescimento do conservadorismo no Brasil.

Temos assistido e vivenciado no cotidiano brasileiro, desde a década de 90 do século passado, um processo de intensificação de políticas de contrarreformas, marcadas pela regressão e expropriação dos direitos conquistados, mercantilização e privatização dos serviços sociais. Este cenário alargou as desigualdades sociais entre as classes e intensificou a pobreza (IAMAMOTO, 2019).

A agudização da desigualdade social nas últimas décadas tem sido enfrentada através de políticas e programas sociais focalizados, seletistas e paternalistas que estão longe de amenizar o quadro social e melhorar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Nos últimos vinte anos as estratégias adotadas pelos governos foram pautadas na descentralização e incentivo às parcerias com o setor privado, atacando o fundo público e retrocedendo nas garantias constitucionais;

Para agravar um quadro social, econômico e político que já existia no Brasil, a eleição de 2018, consagra a hegemonia do capital, com um representante da elite burguesa, reacionária e religiosa.

[...] é um complexo produto que articula, de forma explosiva, o conservadorismo-reacionário historicamente edificado a partir da base colonial dependente, instabilidades permanentes na periferia do capitalismo mundial e a atual crise estrutural do capital cada vez mais incapaz de gerenciar suas próprias contradições. [...] De perfil profacista (FONTES, 2019), sustentado no lema “Deus, Pátria e Família”, o atual governo brasileiro articula autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo e mídias sociais (como fontes informais e formais de desinformação), processo este financiado por setores de extrema direita, declaradamente neoliberais e submissos ao imperialismo norte-americano. O velhono “fascismo brasileiro” deve ser elucidado associando marcas históricas brutalmente opressoras e sua modernização a partir de condições até então inéditas (SAN’ANA; SILVA, 2020, p. 357).

Em meio ao século XXI o país apresenta fortes resquícios tradicionalistas, o avanço do conservadorismo contribui para todos os tipos de discriminações, de raça, etnia, orientação sexual, entre outras. Os crimes de violência contra as pessoas heterossexuais, negras, acentuaram-se no governo de extrema direita, acometendo as condições de vida, trabalho e acesso digno à riqueza socialmente produzida (SAN’ANA; SILVA, 2020).

Nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem demonstrando resistência ao tradicionalismo profissional e seu fundamento conservador, buscando se apropriar criticamente da profissão, às requisições do seu tempo, qualificando-a academicamente (IAMAMOTO, 2019).

3. O PENSAMENTO CONSERVADOR NA TRAJETÓRIA SOCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO

Na trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social no Brasil é nítida a identificação da presença do pensamento conservador, cristão e positivista, na sua gênese à contemporaneidade.

A influência da natureza doutrinária na formação dos primeiros assistentes sociais e a fundamentação filosófica do Neotomismo, no período da gênese da profissão no Brasil (1936), demarcam a presença do pensamento conservador cristão tanto na formação como no exercício profissional.

O conservadorismo positivista também se embrenha na profissão pós-período de institucionalização, ancorado em matrizes teóricas derivadas do estrutural-funcionalista cuja explicação da realidade se dá de forma linear, a-histórica e despolitizada. O assistente social passa a ser considerado um técnico adestrado que respalda seu exercício profissional nos padrões de eficiência e efetividade, desenvolvendo funções técnico-burocratas na implementação de políticas desenvolvimentistas. São requisitadas do profissional o desenvolvimento de funções de ajustamento social, de controle comportamental e moral da classe trabalhadora, num contexto de autocracia burguesa e de ditadura.

O ecletismo e o sincretismo, segundo SOUZA (2015) são formas peculiares da manifestação do pensamento conservador na profissão à exemplo do que representou o processo de renovação do Serviço Social Brasileiro a partir de 1965, nas suas direções de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo.

O conservadorismo reproduzido por intermédio do sincretismo e do ecletismo, entretanto, tem sido contraditado pelas novas determinações que a profissão tem assumido na sociedade burguesa brasileira. Entre outras, podemos destacar a ampliação das bases de legitimidade da profissão junto à sociedade; o seu reconhecimento e consolidação como área de produção de conhecimento, o que supõe uma colocação de destaque dos programas de pós-graduação; sua intensa atuação política, junto a partidos, sindicatos e movimentos sociais autônomos, além da organização política como categoria e seus posicionamentos ante as principais questões do país; o perfil crítico propositivo da formação profissional defendido pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Todavia, avaliamos que esses avanços, sem embargo de sua importância, não representam a imediata e espontânea superação do conservadorismo mediante a permanência do sincretismo e o ecletismo, porque as raízes de ambos estão fincadas em dimensões objetivas da divisão social do trabalho na sociedade burguesa (SOUZA, 2016, p.254-355).

Esse cenário político e ideológico contribui para a constituição de um movimento reacionário no interior do Serviço Social, tendo em vista que a profissão não é imune a tais mediações, visto ser ela própria expressão e resultado das relações sociais. Nas palavras de Barroco (2015, p. 634): “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários”. De acordo com Barroco (2011, p. 213), “não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas”.

As condições econômicas e políticas estão favoráveis para o recrudescimento do pensamento conservador na formação e no exercício profissional.

No quadro formativo o perfil eadista e privatista do Ensino Superior vai se solidificando cada vez mais com a expansão massiva do ensino à distância e o aligeiramento da formação. O contexto pandêmico, ainda em curso, tem acelerado esse processo com a implementação do Ensino Remoto Emergencial, cuja forma de aparecer, segundo Portes e Portes (2021) é sua dimensão tecnológica

“...que se expressa no conjunto de ferramentas e aplicativos digitais oferecidos pela modalidade não presencial. O Ensino Superior, objeto deste estudo, tem vivenciado o fenômeno da “plataformização” da vida acadêmica, com o uso massificado das tecnologias de informação e comunicação-TICS e de todo o processo de burocratização advindo dessa organização pedagógica” (PORTES E PORTES 2021, p.09).

Uma formação profissional que coloca em risco a proposta das Diretrizes Curriculares de 1996 que busca qualificar a formação profissional dos assistentes sociais com rigor teórico-metodológico, altera a proposta pedagógica do estágio supervisionado, expressa na Política Nacional do Estágio (2009) e ameaça a regulamentação da profissão com um discurso de desprofissionalização.

As tendências conservadoras no exercício profissional do assistente social também vão se fortalecendo à medida em que, tendo a política social como mediação do seu trabalho, as alterações nas configuração dos programas e serviços sociais alteram substancialmente as condições de trabalho e as respostas profissionais.

As requisições profissionais estão prenes de um lastro conservador exigindo do profissional o desenvolvimento de funções burocratas, meramente tecnicistas, operativas, expropriadas de uma análise crítica das demandas sociais que se apresentam no cotidiano profissional.

O assistente social passa a ser o tradutor da instituição, gerenciando os poucos recursos oferecidos pelas políticas sociais, mediados por um exercício pautado no controle dos pobres, na higienização, na individualização dos riscos sociais, na gestão da pobreza, culpabilizando os sujeitos pelos problemas sociais, com base num forro moral e comportamental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário vivenciado demonstra os retrocessos advindos do conservadorismo, agudizados pela atual gestão do governo federal, progressista de extrema direita, que defende a redução dos gastos sociais do Estado com política social, e concomitantemente o desmonte dos serviços públicos. A classe trabalhadora, assim como o assistente social que enquanto profissional vende sua força de trabalho para subsistência vêm sofrendo com os inúmeros retrocessos dos direitos sociais.

No cenário de desmonte das políticas públicas, faz-se necessário a fundamentação teórica, crítica, organização política, e não esmorecer diante dos retrocessos e ideais conservadores propagados. Para a superação do messianismo e o fatalismo, exige-se aprimoramento permanente, rigor teórico, articulação coletiva e constante tensionamento frente às imposições postas pelo capital.

Diante das ameaças apresentadas, concerne às organizações sociais, partidos políticos, às universidades e demais movimentos sociais se mobilizarem no intuito de instigar debates evidenciando a ameaça que a democracia vivencia, buscando meios de embate, resistência e transformação.

O contexto é de restrições de direitos, desigualdade social, sob a gestão de um governo classista, machista, racista, xenofóbico no que tange aos direitos humanos e sociais, marcado pelo recrudescimento do pensamento conservador em todas as dimensões da vida social.

A profissão de Serviço Social não fica imune a essas determinações e o contexto econômico e político tem se constituindo num solo fértil para a reedição da tradição conservadora na formação e no exercício profissional.

Na formação profissional do assistente social a expansão do eadismo e do perfil privatismo tem esvaziado a formação crítica e rigorosa teórica, política, metodológica e tecnicamente preconizada pelas Diretrizes Curriculares.

No exercício profissional, as contrarreformas do Estado e os impactos nas configurações nas políticas sociais pelo viés seletista, fragmentado e residual têm exigido requisições profissionais sob a lógica tecnicista, residual, controlista e familista que reforçam a necessidade do controle da classe trabalhadora numa perspectiva de ajustamento e moralização da vida social.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto éticopolítico**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011. BARROCO, Maria Lúcia. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 104. São Paulo: Cortez, 2015.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Trad. Renato de Assumpção, Denis Fontes de S. Pinto e Carmen Lídia R.R. Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. YAZBEK, M. C; IAMAMOTO, M.V. (orgs.), São Paulo, Cortez, 2019.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: EDITORIAL ESTAMPA, 1987. p. 45-115.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. **O trabalho docente no ensino superior em tempos de ensino remoto emergencial (ERE)**. In: Revista Libertas, Juiz de Fora. v.21, n. 2, p. 533-553, jul/dez, 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA. Raquel Santos. **Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social**. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372,jul. / dez. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 122, edição de abr-jun/2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências Ideológicas do conservadorismo. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife. Tese de Doutorado. 2016. Disponível em : <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>.